

A. I. Nº - 207097.0009/19-6
AUTUADO - COMERCIAL DE ALIMENTOS IRMÃOS ANDRADE LTDA.
AUTUANTE - ANTONIO MENDONÇA SOUSA BRITO
ORIGEM - INFAZ AGRESTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 20/07/2020

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0077-04/20-VD

EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. ERRO NA APURAÇÃO DO IMPOSTO. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO A MENOS. Item reconhecido. **2.** DIFERENÇA DE ALIQUOTAS. AQUISIÇÕES EM OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. MERCADORIAS DESTINADAS AO CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. Item reconhecido. **3.** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO A MENOS. Razões de defesa elide em parte este item da autuação. Expurgado do demonstrativo de débito os valores que o sujeito passivo comprova o pagamento do imposto por antecipação. Refeito o demonstrativo pelo autuante em sede de Informação Fiscal. Item subsistente parcialmente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 25/06/2019, exige o valor de R\$42.822,63, inerente aos anos de 2014, 2015 e 2016 conforme demonstrativo e documentos às fls. 09 a 54 dos autos, em razão das seguintes irregularidades:

- 1 INFRAÇÃO 1 – 03.02.04: Recolheu a menor ICMS em decorrência de erro na apuração dos valores do imposto nos anos de 2014, 2015 e 2016, conforme demonstrativo de fls. 21/31 dos autos. Lançado ICMS no valor de R\$18.903,16, com enquadramento nos artigos 24 a 26, da Lei nº 7.014/96, c/c art. 305 do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012 e multa aplicada na forma do art. 42, inc. VII, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96.
- 2 INFRAÇÃO 2 - 06.02.01: Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação destinadas a consumo do estabelecimento nos anos de 2014, 2015 e 2016 conforme demonstrativo de fls. 32/42 dos autos. Lançado ICMS no valor de R\$4.482,37, com enquadramento no art. 4º inciso XV, da Lei nº 7.014/96, c/c art. 305, § 4º, inciso III, alínea “a” do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012 e multa de 60% aplicada na forma do art. 42, inc. II, alínea “f”, da Lei nº 7.014/96.
- 3 INFRAÇÃO 3 – 07.01.02: Efetuou o recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e/ou do exterior nos anos de 2014 e 2015, conforme demonstrativos e documentos de fls. 43/51 dos autos. Lançado ICMS no valor de R\$19.437,10, com enquadramento no artigo 08, inc. II e § 3º; art. 23, da Lei nº 7.014/96, c/c art. 289, do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012 e multa aplicada na forma do art. 42, inc. II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96.

Às fls. 56 a 58 dos autos, com documentos anexos, o Contribuinte Autuado apresenta sua defesa apenas em relação à Infração 3, que diz respeito ao recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de

mercadorias provenientes de outras unidades da Federação. Quanto as demais infrações 1 e 2, manteve-se silente.

Em relação ao demonstrativo de débito da infração 3, ano 2014, (fl. 43), assim manifesta:

- Item 1 - acata a autuação.
- Item 2 - apresenta comprovante de pagamento, que diz anexar.
- Item 3 - apresenta comprovante de pagamento, que diz anexar.
- Item 4 - apresenta comprovante de pagamento, que diz anexar.
- Item 5 – pede considerar o valor de R\$1.674,37, que diz se encontrar dentro do DAE pago de valor R\$3.175,20 na forma da planilha que diz anexar.
- Item 6 – pede abater o valor de R\$105,60, conforme GNRE que diz anexar.
- Item 7 – pede abater o valor de R\$28,51, conforme GNRE que diz anexar.
- Item 8 - apresenta comprovante de pagamento, que diz anexar.
- Item 9 - apresenta comprovante de pagamento, que diz anexar.
- Item 10 – pede abater o valor de R\$211,20, conforme GNRE que diz anexar.
- Item 11– pede abater o valor de R\$21,12, conforme GNRE que diz anexar.

Após deduções de todos os valores acima destacados, diz que fica a Infração 3, referente ao ano de 2014, o valor remanescente de R\$5.689,86.

Em relação ao demonstrativo de débito da infração 3, ano 2015, (fl. 49), assim manifesta:

- Item 1 – NF 388: apresenta comprovante de pagamento, que diz anexar.
- Item 2 – NF 6298: apresenta comprovante de pagamento, que diz anexar.
- Item 4 e 5 – NF 456 e NF 6523: apresenta comprovante de pagamento, que diz anexar.

Após deduções de todos os valores acima destacados, diz que fica a Infração 3, referente ao ano de 2015, o valor remanescente de R\$1.151,47.

Assim, diz que, após anexar a comprovação dos fatos, pede acatar as informações exposta, reduzindo de forma justa o referido Auto de infração, para o valor histórico de R\$30.226,86.

O autuante ao prestar a informação fiscal, à fl. 116/118 dos autos, assim posiciona:

Diz que o contribuinte, acima qualificado, em atendimento a O.S. nº 501.889/19, foi fiscalizado no período de 01/01/2014 a 31/12/2016. Aduz que a atividade econômica principal é o comercio atacadista de farinhas, amido e féculas “CNAE FISCAL – 4632-002”. Forma de apuração do imposto (ICMS) – conta corrente fiscal e está inscrito no cadastro da SEFAZ na situação de normal.

Registra que sujeito passivo reconhece as infrações 1 e 2. Quanto a infração 3, diz que o defendente apresenta em sua defesa o reconhecimento de parte dos valores, em que, após o ajuste do débito da infração 3, quanto aos termos da defesa e documentos apresentados, em relação ao ano de 2014, restou o valor de R\$5.659,09, e em relação ao ano de 2015, restou o valor de R\$1.110,99, que totaliza o valor de R\$6.770,08.

Sendo assim, pede a procedência parcial do Auto de Infração, em tela, nos valores reclamados e acatados na sua integralidade em relação à infração 1 (R\$18.903,16) e infração 2 (R\$4.482,37). Quanto a infração 3, no valor de R\$6.770,08, conforme nova planilha de débito às fls. 119 e 120 dos autos.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir débito do ICMS, por obrigação principal, no valor total de R\$42.822,63, relativo a três irregularidades nos anos de 2014, 2015 e 2016, ou seja, a

infração 1, por ter recolhido a menor ICMS no valor de R\$18.903,16, em decorrência de erro na apuração dos valores do imposto, a infração 2 por ter deixado de recolher imposto (ICMS) no valor de R\$4.482,37, decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras Unidades da Federação destinadas a consumo do estabelecimento, e a infração 3, por ter efetuado recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação.

Às fls. 56 a 58 dos autos, com documentos anexos, o Contribuinte Autuado apresenta sua defesa apenas em relação à Infração 3, que diz respeito ao recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação. Quanto às demais infrações 1 e 2, manteve-se silente, ou seja, não foram impugnadas pelo defendente, sendo, portanto, consideradas de pronto procedentes, não fazendo parte da lide, na forma do art. 140 do RPAF/BA, aprovado pelo Decreto nº 7.629, de 09/07/99, em que os elementos que fundamentam a autuação, apontam o acerto do lançamento pertinentes a essas infrações. Assim, a contenda se restringe apenas à infração 3, a qual foi impugnada parcialmente.

No mérito, trata a infração 3 de ter o sujeito passivo efetuado o recolhimento a menor do imposto (ICMS) por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação, nos anos de 2014 e 2015, conforme demonstrativo e documentos de fls. 43/51 dos autos. Lançado ICMS no valor de R\$19.437,10, com enquadramento no artigo 08, inc. II e § 3º; art. 23 da Lei nº 7.014/96, c/c art. 289 do RICMS, Decreto nº 13.780/2012, e multa aplicada na forma do art. 42, inc. II, alínea “d” da Lei nº 7.014/96.

O Artigo 8º, § 3º da Lei nº 7.014/96, que trata do ICMS no Estado da Bahia assim dispõe:

Art. 8º São responsáveis pelo lançamento e recolhimento do ICMS, na condição de sujeitos passivos por substituição, devendo fazer a retenção do imposto devido na operação ou operações a serem realizadas pelos adquirentes, bem como do imposto relativo aos serviços prestados: (Grifos Acrescidos).

II - o contribuinte alienante, neste Estado, das mercadorias constantes no Anexo I desta lei, exceto na hipótese de tê-las recebido já com o imposto antecipado;

§ 3º O cálculo do imposto a ser recolhido por antecipação ou substituição tributária será feito em função do disposto no art. 23.

Como tal, vê-se que tal obrigatoriedade de recolhimento do ICMS por antecipação, como assim está fundamentada a autuação, relaciona-se a contribuinte que exerça determinada atividade econômica, no caso específico, a de comércio atacadista de farinhas, amido e féculas, que adquira mercadorias constantes também do Anexo 1 do RICMS/BA, publicado pelo Decreto nº 13.780/12, na forma do que dispõe o art. 289, o qual tinha a seguinte redação à época dos fatos geradores:

Art. 289. Ficam sujeitas ao regime de substituição tributária por antecipação, que encerre a fase de tributação, as mercadorias constantes no Anexo I deste regulamento. (Grifos acrescidos)

Sobre tal obrigatoriedade de recolhimento do ICMS por antecipação nas operações objeto do demonstrativo de fls. 43/51 dos autos, não há controvérsia entre as partes, a discordância do sujeito passivo é de que várias das operações constantes do demonstrativo já teria sido pago o imposto (ICMS) por antecipação, conforme documentos que acosta aos autos, inclusive, com a indicação na peça de defesa, dos itens que acata da autuação, por de fato não ter efetuado antecipação do imposto devido.

O autuante, ao prestar a informação fiscal à fl. 116/118 dos autos, registra que o sujeito passivo apresenta em sua defesa o reconhecimento de parte dos valores lançados na infração 3, em que, após o ajuste do débito, quanto aos termos da defesa e documentos probatórios apresentados em relação ao ano de 2014, restou o valor de R\$5.659,09, e em relação ao ano de 2015, restou o valor de R\$1.110,99, que totaliza o valor de R\$6.770,08.

Sendo assim, pede a procedência parcial do Auto de Infração em tela, nos valores reclamados e acatados na sua integralidade em relação à infração 1, (R\$18.903,16), e infração 2, (R\$4.482,37). Quanto a infração 3, no valor de R\$6.770,08, conforme nova planilha de débito às fls. 119 e 120 dos autos.

Desta forma, após ter verificado a documentação trazida aos autos pelo sujeito passivo, e não vendo nada que desabone os termos da Informação Fiscal, entendo que o demonstrativo de débito da infração 3 deve ser alterado do valor de R\$19.437,10, para o valor de R\$6.770,08, conforme demonstrativo de débito a seguir destacado. Infração 3 subsistente em parte:

DATA OCORR	DATA VENCTO	VALOR HISTÓRICO (R\$)	VALOR JULGADO (R\$)
31/12/2014	09/01/2015	15.305,86	5.659,09
31/12/2015	09/01/2016	4.131,24	1.110,99
Total da Infração 3 – 07.01.02		19.437,10	6.770,08

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **207097.0009/19-6**, lavrado contra **COMERCIAL DE ALIMENTOS IRMÃOS ANDRADE LTDA.**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$30.155,61**, acrescido das multas de 60%, prevista no art. 42, II, “a”, “d” e “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 07 de maio de 2020.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

JOÃO VICENTE COSTA NETO – RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ – JULGADORA